

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$558 milhões (31/12/2015 - R\$486 milhões).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R\$486 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2016 foi de R\$106 milhões (31/12/2015 - R\$102 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$929 milhões (31/12/2015 - R\$856 milhões). Desse montante, destacamos, R\$390 milhões (31/12/2015 - R\$343 milhões) por Títulos e Valores Mobiliários e R\$145 milhões (31/12/2015 - R\$105 milhões) por Negociação e Intermediação de Valores. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de obrigações fiscais e previdenciárias foram de R\$181 milhões

(31/12/2015 - R\$251 milhões) e R\$150 milhões (31/12/2015 - R\$108 milhões) por Negociação e Intermediação de Valores.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2017.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas da Intermediação Financeira		29.177	57.413	55.395	55.475
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		29.278	57.589	55.475	55.475
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(101)	(176)	(80)	(80)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		29.177	57.413	55.395	55.395
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		33.608	23.458	78.390	78.390
Receitas de Prestação de Serviços	16	33.213	66.315	61.941	61.941
Rendidas de Tarifas Bancárias	16	38.758	73.301	70.336	70.336
Despesas de Pessoal	17	(1.370)	(3.092)	(3.352)	(3.352)
Outras Despesas Administrativas	17	(60.855)	(118.155)	(104.039)	(104.039)
Despesas Tributárias	18	(9.134)	(17.908)	(17.853)	(17.853)
Outras Receitas Operacionais	19	34.712	44.159	110.659	110.659
Outras Despesas Operacionais	20	(1.716)	(21.162)	(39.302)	(39.302)
Resultado Operacional		62.785	80.871	133.785	133.785
Resultado não Operacional		275	443	261	261
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		63.060	81.314	134.046	134.046
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	31.386	25.620	(32.310)	(32.310)
Provisão para Imposto de Renda		31.450	25.307	(18.179)	(18.179)
Provisão para Contribuição Social		12.283	7.237	(8.782)	(8.782)
Ativo Fiscal Diferido		(12.347)	(6.924)	(5.349)	(5.349)
Participações no Lucro		(7)	(849)	(126)	(126)
Lucro Líquido		94.439	106.085	101.610	101.610
Nº de Ações (Mil)	14.a	28.135.346	28.135.346	28.135.346	28.135.346
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		3,36	3,77	3,61	3,61

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		94.439	106.085	101.610	101.610
Ajustes ao Lucro Líquido		(64.398)	(64.684)	(72.451)	(72.451)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		13.942	8.519	5.349	5.349
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	13.c	(69.772)	(56.218)	(49.039)	(49.039)
Depreciações e Amortizações	17	25	52	53	53
Atualização de Depósitos Judiciais	19	(5.757)	(11.921)	(10.203)	(10.203)
Atualização de Impostos a Compensar	19	(2.777)	(5.057)	(18.611)	(18.611)
Resultado na Alienação de Outros Investimentos		(59)	(59)	-	-
Variações em Ativos e Passivos		(41.183)	(78.708)	(22.242)	(22.242)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(22.657)	(45.492)	(17.886)	(17.886)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		110.633	(53.046)	23.982	23.982
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(75)	(65)	122	122
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(122.474)	43.617	470	470
Imposto Pago		(6.610)	(23.722)	(28.930)	(28.930)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(11.142)	(37.307)	6.917	6.917
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Outros Investimentos		63	63	-	-
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		63	63	-	-
Atividades de Financiamento					
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	14.a	-	-	(17.000)	(17.000)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	-	(17.000)	(17.000)
(Redução) Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		(11.079)	(37.244)	(10.083)	(10.083)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	59.578	85.743	95.282	95.282
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	48.499	48.499	85.199	85.199

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	296.000	22.585	85.593	(1.901)	-	402.277
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	-	-	-	2.026	-	2.026
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	101.610	101.610
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	-	5.081	-	(5.081)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	38.265	(38.265)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	38.264	(38.264)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	296.000	27.666	162.122	125	-	485.913
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	2.173	2.173
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	-	5.304	-	(5.304)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(36.434)	(36.434)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	32.174	(32.174)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	32.173	(32.173)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	296.000	32.970	226.469	2.298	-	557.737
Saldos em 30 de Junho de 2016	296.000	28.248	173.186	134	-	497.568
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	2.164	2.164
Lucro Líquido	-	-	-	-	94.439	94.439
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	-	4.722	-	(4.722)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(36.434)	(36.434)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	26.642	(26.642)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	26.641	(26.641)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	296.000	32.970	226.469	2.298	-	557.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações bancárias e demais operações legais e regulamentares às sociedades por ações, em conjunto às normas da intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. As operações da Santander CCVM são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander CCVM, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na reunião realizada em 29 de março de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

i) Outros Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

h.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.

h.3) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

i) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander CCVM de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus dependentes diretos.

ii) Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander CCVM e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas.

iii) Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e está apresentado na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Santander CCVM aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer benefícios do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por

serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - passivos atuariais, dentro das despesas operacionais.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Remuneração Baseada em Ações

Liquidação em Ação

São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

Liquidação em Dinheiro

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

k) Provisões, Passivos Cont

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)	165.420	226.917
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)	1.993	3.857
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	1.993	3.857
Total	167.413	230.774

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	226.917	2.306	1.551	278.376	1.698	271
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(76.048)	(277)	5.185	(69.153)	845	1.222
Atualização Monetária	14.579	207	136	17.709	842	116
Baixas por Pagamentos	(28)	(243)	(15)	(459)	(58)	(58)
Saldo Final	165.420	1.993	- 226.917	2.306	1.551	

Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾ 59.515 503 74 64.060 688 68

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL. Em 2016, referem-se, substancialmente, a reversão de provisão operacional fiscal relativa ao processo Desmutualização de Ações (Notas 19 e 21).

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos a contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$22.138 (31/12/2015 - R\$20.349): a Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo da PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afirmada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$51.083 (31/12/2015 - R\$46.571): a Santander CCVM ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida em Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

ISS - Instituições Financeiras - R\$7.528 (31/12/2015 - R\$6.448): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$77.647 (30/06/2015 - R\$66.232): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

Desmutualização de Ações - R\$510 (31/12/2015 - R\$60.330): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações de caráter indenizatório e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo e doenças ocupacionais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$278.881 e os principais processos são:

Compensação Não Homologada - Diversas cobranças Administrativas e Judiciais por parte da Fazenda Nacional, em relação a tributos compensados eletronicamente com créditos decorrentes de Saldo Negativo e pagamento a maior ou indevido. Na visão do Fisco, existem inconsistências contábeis e também nas obrigações acessórias que impossibilitam a verificação do crédito. Os casos estão sendo discutidos no âmbito administrativo e também no âmbito judicial. O valor envolvido atualizado é de R\$90.849.

PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, após a alegação de que as ações estavam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. O valor envolvido atualizado é de R\$77.211.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Em 31 de dezembro de 2016, refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$12.611 (31/12/2015 - R\$12.127), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 11) de responsabilidade de ex-controladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 30 de novembro de 2016, foi aprovada o destaque de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2016, no montante bruto de R\$36.434 (R\$1,29496 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$1,10072 líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais). O pagamento foi efetuado em 26 de janeiro de 2017.

Em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovada o destaque de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015, no montante bruto de R\$20.000 (R\$0,71085131 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,60422361 líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais). O pagamento foi efetuado em 17 de dezembro de 2015.

c) Lucros e Juros Líquidos

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2016, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em 31 de dezembro de 2016, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Benefícios de Longo Prazo

A Santander CCVM, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 22.b).

c) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.280 mil ações (14.067.674 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social, bem como participação acionária indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	01/01 a 31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	1.568	1.489	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	46.931	84.254	8.779	13.217
Rendas a Receber ⁽²⁾	530	216	1.483	1.248
Dividendos e Bonificações a Pagar (Nota 14.b)	(30.969)	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽³⁾ (Nota 17)	-	-	(95.766)	(80.935)
Despesas com Doações ⁽⁴⁾	-	-	(460)	(360)

(1) Refere-se às aplicações com vencimento até 3 meses.

(2) Refere-se à rendas a receber do Banco Santander, S.A. - Espanha (Banco Santander Espanha).

(3) Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander.

(4) Refere-se a doações à Santander Cultural.

16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas de Comissões de Colocação de Títulos Corretagens de Operações em Bolsas	68.895	66.640
Serviços de Custódia	51.391	43.937
Outras Prestações de Serviços	9.073	9.296
Total	139.616	132.277

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 15.d)	95.766	80.935
Comunicações	16.103	14.347
Serviços Técnicos Especializados	3.838	5.312
Doações	460	1.358
Depreciações e Amortizações	52	53
Outras	1.936	2.034
Total	118.155	104.039

18. Despesas Tributárias

Referem-se, principalmente, a despesas com Cofins, ISS e PIS.

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Reversão de Provisões Operacionais	24.957	78.786
Fiscais ⁽¹⁾	-	1.481
Cíveis (Nota 13.c)	-	294
Outras	11.921	10.203
Atualização de Depósitos Judiciais	5.057	18.611
Atualização de Impostos a Compensar ⁽²⁾	-	25
Variação Monetária Ativa	1.930	1.553
Outras	-	1.53
Total	44.159	110.659

(1) Em 2016, refere-se, substancialmente, a reversão de provisão operacional fiscal relativa aos juros e multa do processo Desmutualização de Ações (Nota 13.b). Em 2015, refere-se a reversão e provisão operacional fiscal relativa ao processo Plano Verão.

(2) Em 2015 refere-se, substancialmente, a atualização monetária devido ao transito em julgado no primeiro semestre de 2015, com decisão favorável relativo a CSLL do período de 1990, onde se discutia a inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de 10% para 15%.

20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Provisões Operacionais	-	21.705
Fiscais	-	2.819
Cíveis (Nota 13.c)	5.321	2.189
Trabalhistas (Nota 13.c)	451	1.069
Outras Provisões Operacionais	-	119
Comissões	14.338	12.704
Atualização de Impostos	195	169
Outras	857	717
Total	21.162	39.302

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	81.314	134.046
Participações no Lucro	(849)	(126)
Juros sobre o Capital Próprio	(36.434)	(20.000)
Resultado antes dos Impostos	44.031	113.920
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(19.814)	(51.264)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	6.402	3.914
Demais Ajustes, CSLL 5%	(1.074)	10.382
Demais Ajustes ⁽¹⁾	40.106	4.658
Imposto de Renda e Contribuição Social	25.620	(32.310)

(1) Em 2016, refere-se, substancialmente, a reversão de provisão operacional fiscal relativa ao processo Desmutualização de Ações (Nota 13.c).

22. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander CCVM patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e III, Banesprev planos I, II e III e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às beneficiárias pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

l) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os beneficiários são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

É uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da Entidade.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/12/2016		
	Banesprev	Sanprev	Cabesp

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais (125.939) - (18.059)

Valor Justo dos Ativos do Plano 154.478 - 16.198

Sendo:

Superávit 28.539 -

Déficit - (1.861)

Valor não Reconhecido como Ativo 23.046 - (1.861)

Ativo Atuarial Líquido em 31 de dezembro de 2016 (Nota 8) **5.493** - -

(Passivo) Atuarial Líquido em 31 de dezembro de 2016 (Nota 12) **-** - **(1.861)**

Contribuições Efetuadas 4 - 277

Receita (Despesas) Reconhecidas (4) (4) (308)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial 5.493 4 (1.604)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos 28.970 (56) 6.492

Total **(11/12/2016)** **Banesprev** **Sanprev** **Cabesp**

Valor Presente das Obrigações Atuariais (105.819) (38) (27.435)

Valor Justo dos Ativos do Plano 135.377 56 28.035

Sendo:

Superávit 29.558 18 600

Déficit - - -

Valor não Reconhecido como Ativo 29.558 18 600